

## CARTA ABERTA

Exmo. Senhor Dr. António Costa  
Primeiro Ministro de Portugal

Senhor Primeiro Ministro,

A VianaPolis (60% Estado, 40% Autarquia) pretende demolir o Edifício Jardim em Viana do Castelo, mais conhecido por Prédio Coutinho (PC), por aquela parcela de terreno "ser necessária à construção do mercado municipal (MM) e de um espaço público", segundo alega a Declaração de Utilidade Pública (DUP) no despacho de expropriação.

Ora isso é uma rotunda falsidade. A razão para a expropriação do PC é a sua própria obliteração por o prédio ser grande de mais e alto de mais.

O Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo (PPCHVC) assim o confessa. No seu Art.º 1.º propõe-se: "Eliminar as intrusões visuais e as discrepâncias volumétricas, por forma a repor, na sua heterogeneidade, o equilíbrio morfológico do centro histórico, em ordem à criação de condições para a sua classificação como património mundial".

Na Acta de reunião da Câmara de 03.07.2018 pode ler-se, pg.16: "Na estrutura equilibrada do centro histórico há um edifício que marca um contraste grosseiro com a estrutura envolvente - O Edifício Jardim. Este é o principal elemento de degradação da imagem do centro histórico, pela sua volumetria e inserção. A sua demolição é fundamental num processo de requalificação da imagem e da estrutura da cidade".

O insuspeito "Rethinking European Spatial Policy as a Hologram" (Ashgate Publishing, Ltd 2006) é peremptório. Referindo-se ao PC diz o seguinte: É o primeiro caso numa demolição ocorrer por razões de estética. ( Pgs. 65-66)

É óbvio, claro e notório que a razão por detrás da expropriação do PC é de ordem estética, é a sua volumetria e nada teve a ver com a necessidade de qualquer mercado. Em resumo e na definição do PPCHVC: por o PC constituir intrusão visual e discrepância volumétrica. E a razão na qual se fundamentou a DUP para a sua expropriação (a necessidade da parcela do PC para um MM) não foi mais do que a razão espúria engendrada pela VianaPolis para conseguir a sua demolição, ou seja, uma falsidade.

Ciente das previsíveis dificuldades em demolir o PC invocando para tal razões de estéticas relacionadas com a sua volumetria, de que uma DUP que dissesse a verdade, i.e., de que a razão para a expropriação era a sua estética muito provavelmente não passaria o crivo dos tribunais, e à margem de qualquer verdadeiro e concreto fundamento de utilidade pública, a VianaPolis para conseguir a demolição do PC engendra um plano digno de Maquiavel.

Para tal elabora o PPCHVC no âmbito do qual o bonito MM (Proj. Arq. João Andresen 1962) que existia e funcionava lin-

damente a menos de 100 metros do PC é extinto e demolido (2003), e no seu lugar são imediatamente construídos prédios, inviabilizando-se assim aquele espaço para receber um desnecessário novo MM.

Assim foi intencional ou preterintencionalmente criada a utilidade pública necessária para justificação da DUP à expropriação do PC.

Como pode em boa fé a VianaPolis invocar a necessidade da parcela do PC para um MM quando foi ela própria quem deliberadamente criou essa necessidade ao acabar com um MM que havia?

O enunciado propósito do centro histórico vir a ser classificado como património mundial (Art.º1.º PPCHVC) não tinha qualquer fundamento como se veio a saber pouco tempo depois da sua aprovação. Foi uma falsidade que na altura serviu para silenciar muitas vozes que se opunham à demolição do PC e que, muito provavelmente, foi determinante para o sentido da votação que aprovou o PPCHVC (47 votos a favor, 27 contra, 1 abstenção).

Outra propagada falsidade, que certamente também influenciou no sentido daquela votação, foi a de que o custo com a expropriação/demolição do PC e com a construção do novo MM seria suportado por fundos comunitários, o que na altura não se cansou de enfatizar o Sr. Presidente da Câmara. Após a aprovação do PPCHVC (2002) Viana do Castelo candidatou-se a esses fundos tendo a resposta de Bruxelas sido negativa.

Como bem observou Bernardo Barbosa, director do A AURORA DO LIMA: "Brinque-se com os nossos dinheiros, minta-se descaradamente, criem-se factos consumados de forma premeditada e perversa, no estilo popular do carro à frente dos bois, mas haja alguma decência cívica sem necessidade de se criar este clima de terrorismo psicológico... Mas tudo foi congeminado contando derrubar o Coutinho! No mínimo esta situação sugere um maquiavelismo que julgávamos longe dos nossos tempos..." "Da Inevitabilidade do Facto Consumado" (in PÚBLICO 09.10.2005).

É triste, e não deixa de ser perturbante, termos uma entidade pública (a VianaPolis) que em ordem a conseguir um determinado objectivo (a demolição do PC) não hesitou em socorrer-se dum falsidade (a necessidade da parcela do PC para um MM) por ela própria meticulosamente engendrada para o efeito.

O que não é verdade plena é plena falsidade.

Além do mais, a cidade dispõe hoje, como dispunha à data da DUP, de outros locais muito mais apropriados para o efeito, como por exemplo o do actual MM em funcionamento, como aliás a Câmara Municipal reconhece num vídeo promocional colocado no Youtube.

Com mais de 100 apartamentos o PC

é um edifício de muito boa construção. Os materiais usados (caibrdharias, carpintarias, mármore, etc.) são o testemunho dum época, ao ponto do prestigiado Arq. Fernando Maia Pinto ter em 2018 liderado um processo com vista ao PC vir a ser classificado como património cultural, o que infelizmente não teve aceitação por parte do Instituto do Património Cultural.

Num país com falta de habitação, falta de dinheiro e muitas carências mais, a destruição deste valioso património por razões de estética é no mínimo chocante.

O PC (1973) hoje faz parte do panorama de Viana do Castelo. Se a sua existência incomoda algumas pessoas ou até muitas pessoas, esse incómodo não se pode sobrepor e prevalecer sobre os legítimos interesses dos moradores que adquiriram as suas casas num prédio legalmente construído.

A estética jamais poderá ser colocada antes e acima das pessoas.

A RTP, no programa *Sexta às 9* (19.07.2019), aludiu ao desperdício de dinheiro por parte da VianaPolis, mais de 34 milhões de euros até hoje gastos para demolir o PC, à falta de transparência nas suas contas (desde 2007 que a VianaPolis apresenta todos os anos resultados líquidos nulos) e aos rostos, todos com ligações ao PS, por detrás desta destruição de património e de erário público (José Sócrates, João Pedro Matos Fernandes, Defensor Moura, José Maria Costa e Tiago Delgado). E o *Telejornal das 13h* ( 28.07.2019) aludiu ao processo pouco transparente (ajustado directo) do novo projecto para o MM.

O Sr. Eng.º João Pedro Matos Fernandes (JPMF) foi entre 1999 e 2005 administrador da Quaternaire Portugal S.A., empresa que fez para a VianaPolis vários estudos, planos e projectos no valor de várias centenas de milhares de euros (*Sexta às 9* de 19.07.2019). Hoje, como Ministro do Ambiente, JPMF tutela a VianaPolis, cabendo-lhe ajuizar e decidir sobre estudos, planos e projectos feitos pela Quaternaire Portugal S.A. para a VianaPolis quando ele era administrador daquela empresa, planos como o do Centro Histórico de Viana do Castelo, onde está contemplada a demolição do Prédio Coutinho. Se esta situação não configura um grosseiro conflito de interesse, gostaríamos de saber qual é para o Governo a definição de conflito de interesse. Onde está a ética republicana?

Em 12.02.2013, a Senhora Ministra do Ambiente admitiu no Parlamento que a VianaPolis podia desistir da demolição do PC. A intervenção da Sra. Ministra prova que a expropriação do PC não era necessária.

Essa desistência ainda hoje pode ser feita do seguinte modo: Muitos dos moradores que acordaram vender os seus apartamentos à VianaPolis renunciaram ao direito de reversão (cerca de 50%). Esses apartamentos valem hoje muito mais

do que aquilo pelo que foram adquiridos. A verba resultante da venda desses apartamentos adicionada à verba que a VianaPolis pouparia com a não demolição do PC, ascenderia a cerca de 40 milhões de euros. Isso equivale a mais de 400 euros por cada homem, mulher e criança em Viana do Castelo. Esse dinheiro do contribuinte deveria ser aplicado onde ele é verdadeiramente necessário. E assim evitava-se também a destruição dum valioso património no valor de muitos milhões de euros, destruição essa que seria um verdadeiro crime económico. Deste modo, talvez a VianaPolis acabasse por apresentar algum lucro, após a venda de todos os apartamentos.

Durante uma semana (24 de Junho a 01 de Julho) sofremos por parte da Câmara Municipal um assédio até hoje nunca visto. Fomos sitiados nas nossas casas (se saíssemos já não podíamos voltar a entrar), e privados de água, alimentos, electricidade e gás, para deste modo se conseguir a nossa rendição, i.e., o abandono das nossas casas. Foi preciso a intervenção dum tribunal para acabar com aquela situação verdadeiramente surreal e indigna do nosso país. Cenas como aquelas, que todo o país viu, nunca deviam ter acontecido e esperamos que nunca mais voltem a acontecer.

A petição pública SALVAR O PRÉDIO COUTINHO angariou em três semanas mais de 4000 assinaturas.

Há mais de 19 anos que vivemos num permanente estado de angústia e incerteza, a braços com uma expropriação fundamentada numa falsidade, cujo processo ora avança (PS), ora abranda (PSD), consoante o Governo que está no poder.

É por tudo isto que resistimos e nos recusamos a abandonar as nossas habitações.

"Mais importante do que o cumprimento dos deveres legais é o cumprimento dos deveres éticos". (Freitas do Amaral)

Existem muitas razões para que o PC não seja demolido, e algumas delas foram aqui referidas. No entanto uma é paradigmática: **A estética jamais poderá ser colocada antes e acima das pessoas, da sua saúde e do seu bem estar.**

"A Pessoa Humana está antes e acima de tudo, inclusive da Economia, do Mercado". ( Fausto de Quadros in "Direito da União Europeia").

O vosso legado político não deve ficar manchado por o vosso Governo permitir que o Estado obrigue pessoas, a maioria idosos, a abandonarem coercivamente as suas habitações, assente numa expropriação fundamentada numa falsidade.

Senhor Primeiro Ministro, por favor desista desta demolição imoral e financeiramente ruinosa!

Atenciosamente,  
Os moradores do prédio Coutinho